

3 PODERES

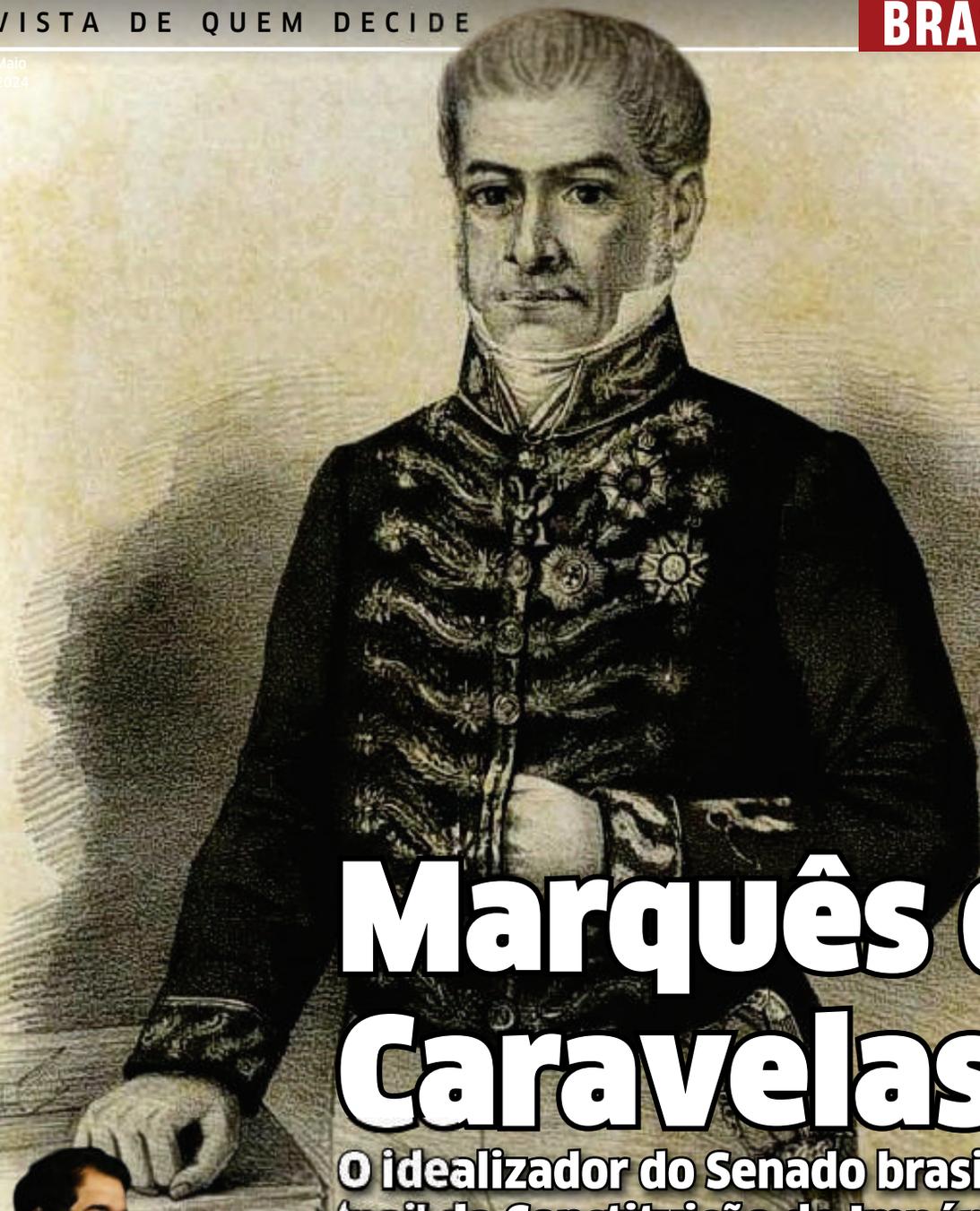


A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL



ANO XXVII | Maio
EDIÇÃO 02 | 2024



Marquês de Caravelas

O idealizador do Senado brasileiro e 'pai' da Constituição do Império.



ENTREVISTA

Túlio Gadêlha



O NÚMERO
DE CASOS
E MORTES

DOBROU EM MATO GROSSO. DENGUE:

OU VOCÊ MATA
O MOSQUITO OU
ELE TE MATA.



Com o trabalho do TCE-MT, mais de 8 mil Agentes de Saúde e de Combate às Endemias, fundamentais na luta contra a dengue, tiveram suas atividades regulamentadas.

Juntos vamos derrotar a dengue.

Elimine focos
de água parada
na sua casa:



Tampe bem
caixas d'água



Vire garrafas
e pneus



Coloque areia
nos vasos
de plantas



Se suspeitar
da doença,
procure um
posto de saúde



SAIBA MAIS SOBRE
O MARCO REGULATÓRIO

Número de casos e mortes comparado
com o início de março de 2024.
Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT)

**VOCÊ PODE
SER MUITOS.**



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

A importância de valorizar nossa História

A reportagem de capa desta edição faz parte de um especial produzido pela Agência Senado sobre um dos mais importantes personagens da história política nacional, mas muitíssimo pouco conhecido. Estamos falando de José Joaquim Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas, que foi ninguém mais do que o idealizador do Senado. Além disso, esse conselheiro do imperador Dom Pedro I foi quem escreveu a Constituição de 1824, a primeira e mais duradoura da História do Brasil.

O papel de Caravelas na elaboração da Constituição imperial aparece nos

livros “Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil”, de 1871, e “História Geral do Brasil”, de 1854. São poucas referências e essa situação nos remete ao tão pouco que a memória nacional reserva a vultos que, em seus momentos históricos específicos, ajudaram a criar nosso projeto nacional.

Na entrevista da edição, o repórter Humberto Azevedo conversou com o deputado federal Túlio Gadêlha, da Rede de Pernambuco. Um atuante assíduo nas principais pautas nacionais, Gadêlha falou sobre a necessidade de combate às fake news e da defesa do meio ambiente.

Boa leitura.



João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias

SUMÁRIO

CAPA | MARQUÊS DE CARAVELHAS
Especial Senado

04 | CARTA

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA
João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | Túlio Gadêlha

14 | EXECUTIVO EM AÇÃO

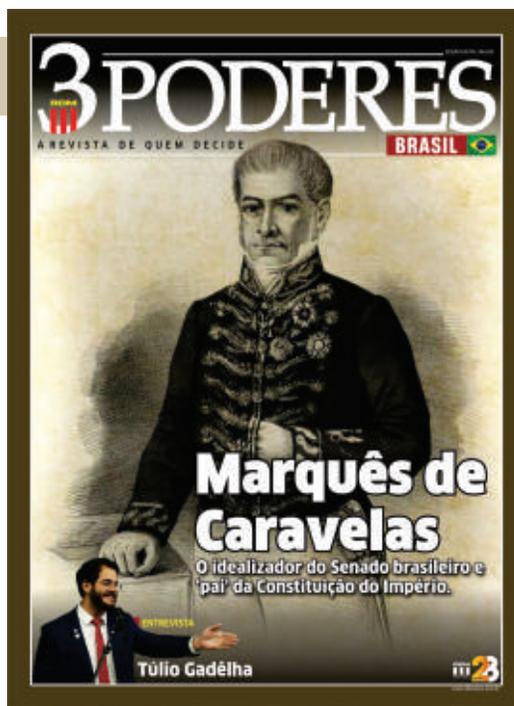
18 | LEGISLAÇÃO EM MOVIMENTO

20 | DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA

22 | ESPECIAL SENADO

27 | CORRUPÇÃO ELEITORAL

28 | GAÚCHOS EM MATO GROSSO



CEO
JOÃO PEDRO MARQUES

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Dias da Fonseca

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

DIRETORA DE REDAÇÃO
Angela Jordão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
MARCIO BRANDAO DO CARMO

REVISÃO
Doralice Jacomazi

REDAÇÃO
Repórteres: **Humberto Azevedo, Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo** (fotografia)

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS
Wanderson Nogueira

GERENTE COMERCIAL
Maiara Max

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo e Wanderson Nogueira.**

TEXTOS
HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, RICARDO ABRAMOVAY, RICARDO VESTIN, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, ASSESSORIAS.

FOTOGRAFIA
AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, SECOM-PR, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CNJ, ASSESSORIA STF, ASSESSORIA TSE, ASSESSORIA MPF, ASSESSORIA TCU.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM 3 PODERES BRASIL É PUBLICAÇÃO



Polarização ideológica e política externa no Brasil

Por **Pedro Feliú**

Em artigo recente, os pesquisadores Cesar Zucco e Timothy Power estimam a ideologia dos partidos políticos e presidentes brasileiros dos anos 1990 aos dias atuais. Os autores concluem três movimentos fundamentais acentuados a partir de 2013: a polarização ideológica entre os partidos no Legislativo aumentou significativamente, presidentes estão mais distantes da ideologia mediana no Congresso e o centro do espectro político tem sido cada vez menos ocupado.

Os desafios para o presidencialismo de coalizão no terceiro mandato de Lula são evidentes. O Executivo tem grande dificuldade de controlar o orçamento e avançar a sua agenda legislativa, enfrentando elevados custos políticos para manter uma coalizão majoritária no parlamento. E a política externa? Como é impactada pelo aumento da polarização ideológica?

Na segurança internacional, destacaria a invasão russa da Ucrânia. Tanto Bolsonaro quanto Lula posicionaram-se de maneira neutra, ainda que o Brasil tenha dado alguns votos contra a invasão russa no seu mandato no Conselho de Segurança da ONU. Pouca mudança. Na arena comercial, o governo Bolsonaro assina o acordo entre Mercosul e União Europeia e Lula se esforça para concretizar a sua difícil ratificação. Novamente, sem mudança. Na integração regional, apesar dos discursos negativos de Bolsonaro e sua equipe sobre o Mercosul, nada mudou muito, especialmente a tarifa externa comum, pretensão empecilho para a negociação de mais acordos de livre comércio. Embora Lula seja mais entusiasta da integração regional, não há decisões muito divergentes entre ambos os governos. Na relação com os EUA, podemos apontar um Brasil bastante alinhado a Washington nos



“A troca recente de governo opõe ideologias distantes: a centro-esquerda de Lula (2023-atual) e a extrema-direita de Bolsonaro (2019-2022). É plausível esperar que a troca de governos tão distintos ideologicamente gere mudança na política externa”

dois primeiros anos de Bolsonaro. Com a vitória de Joe Biden na Casa Branca, percebeu-se que o alinhamento de Bolsonaro era com Trump, não Washington. Lula mantém uma boa relação com os EUA, certamente mais autônoma se comparada aos primeiros anos de Bolsonaro e mais parecida com os dois últimos anos de seu predecessor. Com a China, o governo passado tentou ideologizar a política externa e o radicalismo de direita ameaçava uma guinada no exterior. O agronegócio e o Senado Federal não deixaram o governo prosperar ruzgas com Pequim, demandaram a demissão do ex-chanceler Ernesto Araújo e a política externa brasileira não se moveu tanto. Vale lembrar que os atores domésticos que reprimiram a guinada ideológica do governo Bolsonaro em relação à China eram tanto de direita quanto esquerda. O que poderia ser uma mudança mais intensa, não se concretizou. Nas relações com a Venezuela há uma mudança significativa: do rompimento das relações diplomáticas no Bolsonaro à rea-

proximação em Lula, ainda que esta última cercada de cautelas. Talvez a Venezuela seja mais exceção do que regra na política externa, dado que o país caribenho virou um jargão na política eleitoral brasileira.

A percepção central é de pouca mudança na política externa, a despeito da crescente polarização ideológica. A dimensão ideológica esquerda-direita, muito útil para agregar preferências como privatização, bolsa família, legalização da maconha, reforma trabalhista, previdência, carga tributária, liberdade religiosa, aborto, entre outros temas, não é tão eficiente para descrever as preferências de política externa. Há polarização intensa nos assuntos domésticos e um pouco mais de consenso na política externa.

Fundamentalmente, a ideologia nos diz sobre como a sociedade deve ser organizada, como os recursos da sociedade devem ser distribuídos, e onde reside o poder. No âmbito internacional, como o lugar do Brasil no mundo é um só, tanto para a direita quanto para a esquerda, não há grande divergência nesses três pilares da ideologia. Observando-se como os países votam na Assembleia Geral da ONU, o Sul Global todo converge em seus posicionamentos, independente dos governos nacionais serem de direita ou esquerda. Como esses países compartilham a mesma posição desprivilegiada no mundo, é razoável convergirem na defesa do direito internacional em detrimento da supremacia do poder, maior participação nas instituições internacionais e distribuição mais justa dos recursos. Embora haja divergência ideológica na política externa, ela é distinta da polarização esquerda-direita observada internamente. * **Pedro Feliú, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP**

'Integrar estados e forças é vital para combater crime organizado no país'



O coordenador do Centro Integrado de Inteligência da Região Sudeste (CIISPR-SE), tenente-coronel Roberto Luís Gonzaga dos Anjos, defendeu a integração entre estados brasileiros e forças de segurança pública para combater o crime organizado. Segundo o agente da Polícia Militar do Rio de Janeiro, é preciso que haja uma "integração de dados", de forma a conectar diferentes unidades federativas em um mesmo objetivo.

Brasileiros estão deixando o país para crescer lá fora



O "verde e amarelo" está cada vez mais presente nos outros países, com quase 5 milhões de brasileiros morando fora — batendo um recorde de emigração. Pra se ter uma ideia, se todas essas pessoas juntas formassem um estado, teríamos cerca de uma população de Mato Grosso. Um dos principais fatores é a busca por melhores condições econômicas, culturais e sociais. Os profissionais jovens e qualificados preferem imigrar para os países mais desenvolvidos, já que o Brasil não investe tanto em pesquisa e inovação. Esse fenômeno é chamado de "fuga dos cérebros". O principal destino dos brasileiros tem sido os EUA — 45% dos imigrantes vão para lá.

Projeto facilita exploração de aeroportos por estados e municípios

O Projeto de Lei 2952/23 permite que estados, Distrito Federal e municípios explorem aeroportos considerados estratégicos pelo governo federal, independentemente de sua capacidade econômica. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados. Para receber a autorização, o estado ou município deve comprovar capacidade técnica e reservar dotação orçamentária específica para operação do aeroporto. O projeto, de autoria do deputado Sidney Leite (PSD-AM), será analisado em caráter conclusivo nas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).





Lixo já é abundante no fundo do mar brasileiro



Essa preocupação foi levantada recentemente no primeiro registro científico de lixo em mar profundo do Brasil, publicado no *Marine Pollution Bulletin* por pesquisadores do Instituto Oceanográfico (IO) da USP. A grande quantidade de lixo foi encontrada entre 200 e 1.500 metros de profundidade, a cerca de 200 km de distância da costa nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, durante as expedições do projeto Deep-Ocean, financiado pela Fapesp. O estudo foi liderado pela oceanógrafa Flávia Tiemi Masumoto e teve a supervisão do professor Marcelo Roberto Souto de Melo, ambos do Laboratório de Diversidade, Ecologia e Evolução de Peixes (Deep Lab) do IO.

Inquéritos contra Bolsonaro serão concluídos até julho



A Polícia Federal prevê concluir até julho os inquéritos contra Bolsonaro e entregar os resultados ao ministro do STF Alexandre de Moraes, revela também Bela Megale. Além da tentativa de golpe de Estado, ele é investigado por descaminho de joias sauditas e inserção na base de dados do SUS de informações falsas sobre sua vacinação contra a covid-19. Das três investigações, apenas a primeira representa, na avaliação dos advogados de Bolsonaro, risco real de levá-lo à prisão.

DITO & FEITO

“Soluções que se apresentam diante de uma situação excepcional e atípica também são soluções excepcionais e atípicas. Nós estamos numa guerra há necessidade de retirar da prateleira e da mesa a burocracia, as travas, as limitações para que nada falte ao Rio Grande do Sul para a sua reconstrução”.

Do presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco.

“A punição máxima para o tipo de delito cometido por Lula no dia 1º de maio é relativamente leve, alguns milhares de reais que não devem fazer enorme diferença ao seu bolso. Também seria exemplar que fossem devolvidos aos

cofres públicos os valores utilizados indevidamente no evento flopado de público. Se nada ocorrer, ou mesmo se as punições forem leves, bolsonaristas terão argumentos para provarem sua versão dos fatos, em que acreditam fazer o papel de perseguidos do sistema”.

Do jornalista Fabiano Lana, do Estadão.

“Assim que o governo mandar as propostas da regulamentação da reforma, vamos fazer publicar uma previsão de calendário de trás pra frente e vamos nos empenhar bastante para que a gente possa discutir e ter um final bem proveitoso”.

Do presidente da Câmara, Arthur Lira.



“Se o Legislativo não legislar, o Judiciário vai acabar legislando, por jurisprudência”, alerta Túlio Gadêlha

Referindo-se à regulamentação das redes sociais, parlamentar pernambucano, nesta entrevista exclusiva ao RDM News, abordou ainda diversos assuntos

Por Humberto Azevedo

O deputado federal pernambucano Túlio Gadêlha (Rede) tem uma atuação ampla no Congresso Nacional, praticamente transitando por todos os temas de relevância na Câmara dos Deputados. Um deles são as redes sociais, para as quais ele defende uma regulamentação. E alerta: “Se o Legislativo não legislar, o Judiciário vai acabar legislando, por jurisprudência” para regulamentar o uso das plataformas digitais com o objetivo de criminalizar quem fizer uso da propaganda de notícias falsas (fake news) e dela tirar proveito financeiro e político.

Este é um dos temas centrais desta

entrevista exclusiva de Gadêlha ao RDM News. “Eu acho que a saída tinha que ser pelo Legislativo, mas, de fato, o Legislativo tem um tempo diferente. E é isso que nos preocupa, porque, até no âmbito das discussões das questões ambientais, a ciência mostra uma coisa, e o Legislativo não avança, deixa de lado, coloca para depois. (...) É preciso compreender que as fake news matam, que as fake news prejudicam a economia, que as fake news prejudicam a saúde mental da população e que o Parlamento precisa tomar alguma providência. Não se trata de liberdade de expressão, ninguém pode enganar as pessoas e aferir lucro

“

As fake news matam, as fake news prejudicam a economia, prejudicam a saúde mental da população. O Parlamento precisa tomar alguma providência. Não se trata de liberdade de expressão, ninguém pode enganar as pessoas e aferir lucro e usar isso politicamente”

com isso e usar isso politicamente”, complementou.

PROTEÇÃO DOS BIOMAS

Filiado à Rede Sustentável, partido criado pela ministra do Meio Ambiente - Marina Silva, o parlamentar pernambucano defendeu ainda uma legislação com vistas a proteger os biomas ambientais encontrados no país. Assim como mecanismos que permitam exercer uma proteção maior aos ecossistemas.

“O Cerrado precisa ser tratado com seriedade pelo parlamento. Temos florestas no Brasil. Parece que isso às vezes é esquecido por parte dos parlamentares”, afirmou Gadêlha, se referindo a outro tema desta longa entrevista exclusiva.

“A Caatinga é o único bioma genuinamente brasileiro. Só existe no Brasil a Caatinga. E a Caatinga é muito rica também, tanto a sua flora como a sua fauna. Só que, por muitos anos, a gente adotou de maneira errada a expressão combate à seca. Não tem como a gente combater algo que é inerente e natural desse bioma. A gente deveria compreender e tentar adaptar esse termo para convivência com a seca e não este combate à seca. A região do sertão, em Pernambuco, produz muito, produz leite, mas tem sido ameaçada sua produção agrícola por conta do processo de desertificação. Por isso que a caatinga é sensível, porque ela está altamente suscetível a essa desertificação que tem se expandido em todo o sertão”, comentou.

“A expansão dessa fronteira agrícola preocupa, porque a gente precisa entender que os biomas [ambientais] são patrimônios do nosso país e a destruição deles é um comprometimento de toda a vida”, alertou.

USO DA ÁGUA

Gadêlha também destacou que é preciso lutar pelo uso sustentável da água encontrada em nosso subsolo, sobretudo, nas regiões de Cerrado, pois apontam diversos cientistas e estudiosos ser esse



bioma uma “caixa d’água” responsável pelo abastecimento dos rios amazônicos e do centro-sul do país.

“A exploração de água de maneira irresponsável precisa ser denunciada e a gente tem como articular políticas públicas e legislações para poder fiscalizar e conseguir ter essa exploração sustentável. Utilizar-se da água não é crime, mas utilizar de maneira irresponsável, isso tem que ser crime, isso tem que ser observado”, apontou.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Na nossa conversa, abordamos ainda desde as proposições que tentam se adequar à nova realidade ambiental e climática que o Brasil começa a viver neste século 21, graças às mudanças ambientais e climáticas causadas pela ação humana nos últimos dois séculos, sobretudo, até a discussão sobre a regulamentação das plataformas digitais com o objetivo de criminalizar quem propaga notícias falsas (fake news). As eleições municipais deste ano também estiveram na nossa pauta.

DISPUTA POLÍTICA

Na oportunidade, Gadêlha comentou também a disputa política exercida por próceres e líderes do “centrão” com integrantes da articulação política e da área econômica do governo do presidente Lula em torno daquilo que alguns cien-

“

A Caatinga é o único bioma genuinamente brasileiro. Só existe no Brasil. São muito ricas também a sua flora e sua fauna. Só que, por muitos anos, se adotou de maneira errada a expressão combate à seca. Não tem como combater algo que é inerente e natural desse bioma”

tistas políticos vêm chamando de momento de transição entre presidencialismo de coalizão e parlamentarismo orçamentário.

“É uma briga que precisa encontrar um caminho que olhe para a sociedade. É uma briga que sempre existiu. Mas que foi acentuada por conta de governos anteriores [mais recentemente] que entregaram o orçamento para a execução do parlamento, e que o Brasil precisa definir e ter [uma] política estratégica



“

É uma briga que sempre existiu. Mas que foi acentuada por conta de governos anteriores [mais recentemente] que entregaram o orçamento para a execução do parlamento, e que o Brasil precisa definir e ter política estratégica para estabelecer uma vinculação do orçamento”

para estabelecer uma vinculação do orçamento [com as políticas públicas]”, falou.

APOIO DO CENTRO

Para conseguir aprovar esta legislação mais adequada à nova realidade ambiental e climática com a qual o país começa a conviver, o deputado da Rede sublinhou que ela só será construída com o apoio de lideranças centristas, inclusive, aí do “centrão” - grupo político formado por parlamentares de diferentes ideologias, mas que comungam dos mesmos interesses fisiológicos e paroquianos.

“A gente vai precisar muito desse centro democrático que está também na base do governo para a gente impedir que retrocessos aconteçam e comprometam esses biomas”, salientou.

Confira a entrevista na íntegra:

RDM News - O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), têm mostrado empatia com essa pauta de projetos que tem como objetivo a modernização da legislação ambiental a fim de adequá-la à nova realidade imposta pelas mudanças climáticas ocasionadas pela ação humana na natureza?

Túlio Gadêlha - Olha, eu tenho conversado com o presidente Arthur Lira. Com o presidente Rodrigo Pacheco não tenho conversado porque o projeto [que cria o bioma marinho] não chegou lá ainda, mas a gente precisa avançar com ele na Câmara para poder ir para o Senado. Por isso tenho falado mensalmente com o



presidente Arthur Lira, isso há mais de três anos, ele sabe da importância de a gente avançar com essa pauta ambiental, ele tem se mostrado preocupado com as questões que envolvem o turismo, acha que isso pode prejudicar a atividade econômica do turismo, nós temos mostrado a ele que isso não é verdade, muito pelo contrário, preservando os corais, a vida marinha, a gente fomenta o turismo, as pessoas vão querer ver essas belezas naturais que o Brasil tem. Então ele tem entendido que essa é uma pauta importante, necessária. Na conversa mais recente que tivemos, ele me chamou para tratar sobre esse tema. Então, com base nisso, nessa expectativa de a gente ver um projeto de ter sua urgência aprovada para tramitar aqui no Congresso, com base em tudo isso, tem tido essa força-tarefa de reunir



entidades ambientalistas e representantes de ministérios para poder esclarecer e tirar dúvidas sobre qualquer tipo de aresta que possa surgir. Porque a gente quer ver esse projeto (lei do mar) e outros sendo pautados na Câmara e se tornando lei.

RDM News - Deputado Túlio Gadêlha, como que o senhor analisa essa briga entre os Poderes Executivo federal e Legislativo pelo controle do orçamento público, que alguns cientistas políticos afirmam estarmos assistindo a uma transição entre presidencialismo de coalizão, chamado assim desde o governo do ex-presidente José Sarney (PMDB), para agora aquilo que está sendo chamado de parlamentarismo orçamentário?

Túlio Gadêlha - É uma briga que precisa encontrar um caminho que olhe para a sociedade. É uma briga que sempre existiu. Mas que foi acentuada por conta de governos anteriores mais recentemente que entregaram o orçamento para a execução do parlamento, e que o Brasil precisa definir e ter uma política estratégica para estabelecer uma vinculação do orçamento [com as políticas públicas]. Então, somos um país presidencialista e, por isso, precisamos entender que o governo federal precisa também ter o comando desse orçamento.

“

A verdade precisa ser dita, a imprensa cumpre um papel importantíssimo, mas se existe um instrumento que está crescendo são as redes e todos têm acesso e hoje é uma fonte de informação, a gente precisa legislar para que essas informações cheguem com veracidade”

RDM News - O senhor é do Nordeste, de Pernambuco, conhece bem a região do semiárido pernambucano, a região da Caatinga, uma região importante, um bioma delicado, mas que hoje, com o avanço de uma das últimas fronteiras agrícolas sobre a região denominada de Matopiba (área que abrange territórios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que é formada pela junção dos biomas do Cerrado com a Caatinga e em algumas áreas até da Floresta Amazônica,

que são ecossistemas frágeis, sobretudo, o Cerrado e a Caatinga, como permitir o avanço do desenvolvimento econômico dessa região sem causar danos ao meio ambiente que mais lá para frente serão cobrados pela natureza?

Túlio Gadêlha - A Caatinga é o único bioma genuinamente brasileiro. Só existe no Brasil a Caatinga. E a Caatinga é muito rica também, tanto a sua flora como a sua fauna. Só que, por muitos anos, a gente adotou de maneira errada a expressão combate à seca. Não tem como a gente combater algo que é inerente e natural desse bioma. A gente deveria compreender e tentar adaptar esse termo para convivência com a seca e não este combate à seca. A região do sertão, em Pernambuco, produz muito, produz leite, mas tem sido ameaçada sua produção agrícola por conta do processo de desertificação. Por isso que a Caatinga é sensível, porque ela está altamente suscetível a essa desertificação que tem se expandido em todo o sertão. Mas a gente precisa criar políticas e recursos, fundos de combate a esse processo de desertificação. Por isso, também a gente conseguiu avançar com a ministra Marina Silva na criação do fundo para manutenção e preservação da Caatinga que deve ser lançado agora, no próximo mês, lá em Pernambuco, em Petrolina.

RDM News - Mas essa preservação da Caatinga precisa ser feita também até a fronteira com as regiões do Cerrado, chegando no limite da região denominada de Matopiba, que não inclui Pernambuco, mas pertencem a estados vizinhos ali do Nordeste, como a Bahia, o Maranhão e o Piauí?

Túlio Gadêlha - Estendendo como?

RDM News - Estendendo a política pública voltada para a defesa da Caatinga para os biomas vizinhos a ela, como o Cerrado, e considerados de transição. Como garantir isso?

Túlio Gadêlha - Pois é, essa é uma preocupação, não é? O avanço da fronteira agrícola preocupa porque a expressão passar a boiada parece que é muito forte ainda dentro desse setor agropecuário. Mas existem produtores rurais que estão criando consciência ambiental. Às vezes nem tanto pela pauta ambiental em si, mas porque eles estão percebendo que se não falarem e entenderem essa linguagem e essa necessidade de preservação, isso vai afetar a própria atividade econômica deles. Então, essa expansão dessa fronteira agrícola preocupa, porque a gente precisa entender que os biomas ambientais são patrimônios do nosso país e a destruição deles é um comprometimento de toda a vida da fauna e da flora.

RDM News - Ainda na questão do meio ambiente, temos a questão do Cerrado. O Cerrado é a sede do maior aquífero que abastece os rios da Amazônia e também do centro-sul do país, além de permitir que haja uma espécie de "rios voadores" da Amazônia até o sul e o sudeste do Brasil, garantindo as chuvas regulares naquelas duas regiões do país. Visto isso, com o avanço da exploração econômica e sem a proteção deste bioma, corre-se o risco de prejudicar toda esta cadeia. Assim, o Cerrado não abasteceria mais de água a Amazônia e o centro-sul do país, agravando ainda mais os períodos de escassez hídrica nas regiões ao sul e ao sudeste do Brasil. Como resolver essa questão em tempo hábil com as mudanças climáticas batendo à porta?

Túlio Gadêlha - Pois é, assim como o Cerrado, também os Andes abastecem os rios da Amazônia e mantêm a floresta,



aquele ecossistema funcionando, vivo, pulsante. Mas o Cerrado precisa ser tratado com seriedade pelo parlamento. Temos florestas no Brasil. Parece que isso às vezes é esquecido por parte dos parlamentares. Temos visto sensibilidade por parte do Ministério do Meio Ambiente, que tem compreendido esses biomas, suas peculiaridades. A exploração de água de maneira irresponsável precisa ser denunciada e a gente tem como articular políticas públicas e legislações para poder fiscalizar e conseguir ter essa exploração sustentável. Utilizar-se da água não é crime, mas utilizar de maneira irresponsável, isso tem que ser crime, isso tem que ser observado. Por isso, a gente conta com a ministra Marina Silva nessa pauta, mas a ministra tem surpreendido também conseguindo aliados dentro do agronegócio. Por isso que a gente vai precisar muito desse centro democrático que está também na base do governo para a gente impedir que retrocessos aconteçam e comprometam esses biomas.

RDM News - Agora, sobre a legislação que criminaliza as notícias falsas, popularmente chamadas de "fake news". O Poder Legislativo parecia que iria avançar, mas acabou não avançando. O Grupo de Trabalho (GT) que tinha sido constituído pela Câmara dos Deputados para apresentar um substitutivo ao projeto aprovado pelo Senado, em 2021, o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL) decidiu dissolvê-lo, não aproveitar o trabalho realizado e criar um outro, que até o momento não foi criado. E aí, em contraponto a isso, o Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal (STF), vai analisar, a partir de junho, a questão de alguns pontos da lei que instituiu o Marco Civil da Internet, no que tange à responsabilidade dos provedores e das plataformas que operam na internet. Como o senhor avalia esta questão?

Túlio Gadêlha - Se o Legislativo não legislar, o Judiciário vai acabar legislando, por jurisprudência.

RDM News - Mas aí não pode acabar resultando numa legislação excessivamente dura? A saída não teria que ser resolvida via Legislativo?

Túlio Gadêlha - Eu acho que a saída tinha que ser pelo legislativo, mas, de fato, o Legislativo tem um tempo diferente. É isso que nos preocupa, porque, até no âmbito das discussões das questões ambientais, a ciência mostra uma coisa, e o Legislativo não avança, deixa de lado, coloca para depois, passa um ano, dois, cinco, dez, e está aí o projeto da 'lei do mar' que está há 11 anos tramitando aqui nesta Casa. Então, o Judiciário termina fazendo alguma coisa, nem sempre o que o Judiciário faz sem discutir com a população, sem fazer audiências públicas, nem sempre as decisões do Judiciário são as melhores. Muito pelo contrário, tem decisões muito ruins, inclusive, mas também tem outras decisões que são necessárias, como a crimi-

nalização da homofobia, e que se dependesse dessa Casa, conservadora do jeito que é, essas pautas não avançariam. Mas com a regulamentação das plataformas, ela precisa avançar aqui. A quantidade de pessoas que estão sofrendo por conta da disseminação de fake news, e por isso as pessoas deixam de doar alimentos para o Rio Grande do Sul, por isso reputações são abaladas, linchamentos virtuais se transformam muitas vezes em linchamento físico, graças às fake news. É preciso compreender que as fake news matam, que as fake news prejudicam a economia, que as fake news prejudicam a saúde mental da população e que o parlamento precisa tomar alguma providência. Não se trata de liberdade de expressão, ninguém pode enganar as pessoas e aferir lucro com isso e usar isso politicamente. A verdade precisa ser dita, a imprensa cumpre um papel importantíssimo, mas se existe um instrumento que está crescendo, que são as redes e que todos têm acesso e hoje é uma fonte de informação, a gente precisa legislar para que essas informações cheguem à ponta com veracidade.

RDM News: Por fim, como que vão ser estas eleições municipais, sobretudo para uma federação formada pelo PSOL e pela Rede Sustentabilidade, enfrentar essa polarização liderada por PT do presidente Lula e pelo PL, do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Qual é a expectativa da federação PSOL/Rede nestas eleições municipais?

Túlio Gadêlha - A federação, a Rede/PSOL, dentro desse bloco de organização da Câmara e da política brasileira, ela já é tida como um partido de médio porte. O PSOL era um partido de cinco deputados, cresceu para dez, dobrou. E, agora, tem quatorze com a federação formada com a Rede e tem crescido. A Rede e o PSOL são os partidos que mais têm filiado pessoas, principalmente jovens, inclusive. Então, são partidos que estão crescendo no Brasil todo,

nas Câmaras de Vereadores. Temos um posicionamento de apoio ao governo do presidente Lula, porque nesse momento é preciso unir forças para enfrentar o fascismo, enfrentar a desinformação, enfrentar o bolsonarismo, a extrema-direita que tem crescido no mundo todo. Mas, nestas eleições de 2024, nosso foco é principalmente eleger vereadores, que possam fazer um bom mandato de fiscalização, que possam ganhar musculatura para discutir projetos de cidades e, no futuro, para que possam eleger prefeitos. Nossa meta é ter esses vereadores também ocupando outros espaços nas outras esferas legislativas e, aqui, na Câmara Federal. Então, eu vejo que nós cumprimos uma função de aliado do governo Lula, mas de um aliado que não baixa a cabeça para tudo. Tem acordos que são feitos, que são contraditórios com aquilo que nós, do campo progressista, defendemos. Sabemos como funciona esse jogo aqui, mas tem certos valores de que nós não podemos abrir mão.

RDM News - Qual é a meta nesta eleição de prefeitos e vereadores?

Túlio Gadêlha - A meta do PSOL, eu não sei. Mas a Rede deve eleger no Brasil em torno de 20 prefeitos e eu diria algo em torno de 200 vereadores.

“

Nestas eleições de 2024, nosso foco é principalmente eleger vereadores, que possam fazer um bom mandato de fiscalização, que possam ganhar musculatura para discutir projetos de cidades e, no futuro, para que possam eleger prefeitos”

Força Nacional do SUS e o atendimento à população do RS



A Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) chegou a próximo de dez mil atendimentos no Rio Grande do Sul. O estado ainda sofre os impactos de severas enchentes desde 3 de maio e tem 90% do território devastado. Somente o Hospital de Campanha de Canoas realizou 2.041 atendimentos. O volume de atendimentos reflete o pronto investimento do Ministério da Saúde na ampliação das equipes e da rede de assistência.

Ministério assegura alimentos e recursos para desabrigados



Para garantir o suporte às famílias afetadas pela situação de emergência no Rio Grande do Sul, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) está executando uma série de ações para atender os milhares de desabrigados e desalojados no estado. “O MDS já autorizou o repasse de R\$ 928 milhões para ações no Rio Grande do Sul, entre eles a unificação dos pagamentos do Bolsa Família, que foi pago nesta sexta-feira, e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além da antecipação do cofinanciamento da Rede SUAS, auxílio abrigo e envio de cestas de alimentos”, enumerou o ministro Wellington Dias.

Enem terá isenção para candidatos do Rio Grande do Sul

As inscrições do Enem 2024 serão gratuitas para moradores do Rio Grande do Sul. O anúncio foi feito pelo ministro da Educação, Camilo Santana, durante coletiva de imprensa nesta segunda-feira, 20 de maio. O ministro também afirmou que haverá um período extra para a realização das inscrições. “Toda inscrição que vier do Rio Grande do Sul estará isenta de pagamento e vamos apresentar um novo calendário para que novas inscrições do Rio Grande do Sul possam se realizar”, disse Camilo Santana.



Governo Federal zera tarifa de importação de arroz para garantir abastecimento



A proposta para zerar o imposto de importação de três tipos de arroz foi aprovada em reunião extraordinária do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A medida vale até 31 de dezembro deste ano. "Ao zerar as tarifas, buscamos evitar problemas de desabastecimento ou de aumento do preço do produto no Brasil, por causa da redução de oferta. O governo está agindo para garantir a segurança alimentar e o bem-estar de todos os brasileiros", afirmou Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Brasil enviará 250 atletas à maior competição paralímpica mundial



A maior competição paradesportiva de pessoas com deficiência será a 17ª edição dos Jogos Paralímpicos Paris 2024. O espetáculo mundial deve reunir cerca de 4,4 mil atletas, que vão disputar 22 modalidades esportivas de 28 de agosto a 8 de setembro. Com muito entusiasmo, o ministro do Esporte, André Fufuca, destacou a gestão do maior programa esportivo de distribuição de renda do mundo, o Bolsa Atleta, que beneficia grande parte dos atletas que estará competindo em Paris. A delegação brasileira já assegurou a participação de 163 esportistas nas seguintes modalidades: 37 no atletismo, três no badminton, 37 na natação, 24 no vôlei sentado (masculino e feminino), 12 no goalball (masculino e feminino), oito no futebol de cegos, dois no ciclismo, dois no hipismo, oito na canoagem, um no remo, seis no taekwondo, um no tiro esportivo, quatro no tiro com arco, sete na bocha e 11 no tênis de mesa.

Setor siderúrgico anuncia R\$ 100 bi em investimentos

Representantes do setor siderúrgico anunciaram investimento de R\$ 100 bilhões na expansão da estrutura produtiva no Brasil nos próximos cinco anos. O anúncio, feito ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) Geraldo Alckmin, acontece após uma série de medidas adotadas pelo governo brasileiro para fortalecer e dar competitividade à indústria nacional do aço.



O GOVERNO DE
MATO GROSSO PAGA

AUXÍLIO- MORADIA

PARA MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

Denuncie
197



PROGRAMA
SER
Família
Mulher



Governo de
**Mato
Grosso**

PROGRAMA
SER
Família
Mulher



UNAF
de
ais
ão
ília

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania



**Governo de
Mato
Grosso**

Luana Castro
Beneficiária do Programa
SER Família Mulher

Desastres climáticos vão ser frequentes e exigem ações preventivas



O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) avaliou a grave situação enfrentada pelo Rio Grande do Sul, onde fortes chuvas têm causado mortes, destruído cidades e devastado plantações. O senador ressaltou que eventos climáticos extremos vão ser cada vez mais frequentes e intensos no país, e enfatizou a importância de planejamento de ações preventivas. “É hora de nos desvencilharmos de qualquer tipo de negacionismo que possa impedir as discussões e as ações planejadas para evitar a repetição de tragédias semelhantes a que vemos hoje no sul do país. O aquecimento global está posto. Catástrofes impostas pela natureza sempre aconteceram, argumentam alguns negacionistas. É fato. Só que elas demoravam a se repetir, ao contrário de agora”, disse.

Comissão sobre refugiados analisará acolhimento de venezuelanos



Em votação simbólica, os membros da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) aprovaram o plano de trabalho do colegiado para este ano e a realização de três audiências públicas sobre aspectos da política de migração brasileira. O plano de trabalho apresentado pela senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), relatora da comissão, prevê a promoção de debates sobre medidas de acolhimento e assistência a migrantes e refugiados, com ênfase na discussão da continuidade da Operação Acolhida. Criada em 2018, essa operação está centralizada em Roraima, onde tem como foco prestar auxílio humanitário a imigrantes venezuelanos.

Senado aprova programa de vacinação nas escolas públicas

O Senado aprovou projeto de lei que cria o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. O programa determina que a cada ano, após o início da campanha de vacinação contra a gripe, as equipes de saúde locais irão às escolas públicas para vacinar as crianças matriculadas nos ensinos infantil e fundamental, oferecendo as vacinas previstas para cada idade. O texto (PL 826/2019), do deputado Domingos Sávio (PL-MG), foi relatado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI) e aprovado sem emendas, como parte de um acordo para que não tivesse que voltar à Câmara.



Saúde do Distrito Federal está sucateada, diz Leila Barros



A senadora Leila Barros (PDT-DF) criticou, em pronunciamento, a gestão da saúde pública do Distrito Federal. A parlamentar citou o caso de três crianças que morreram ao esperar atendimento na rede pública há cerca de um mês e afirmou que “o ocorrido é resultado direto do descaso e da incompetência da administração atual”. “Dois bebês morreram por falta de vagas em hospitais. Além disso, mesmo que as vagas existissem, não havia ambulância adequada para o transporte dessas crianças. Um dos bebês tinha apenas um mês de vida, o outro tinha um ano. A família da terceira criança, que tinha oito anos, também denuncia o poder público por negligência”, disse a senadora.

Nova lei assegura sigilo de vítima em casos de violência doméstica



O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.857/24, que garante sigilo do nome da vítima em processos que apuram crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. O sigilo se refere apenas ao nome da mulher. Não abrange o nome do autor do crime nem os demais dados do processo. O novo texto altera a Lei Maria da Penha para assegurar maior proteção à mulher e preservar a sua integridade física, mental e psicológica.

Sancionada lei que dá prioridade ao transporte de órgãos e tecidos

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, a lei que obriga órgãos públicos e empresas de transporte (públicas ou privadas) a cederem vagas, com prioridade, para o transporte de órgãos e tecidos para transplante e as equipes médicas responsáveis pela captação. A priorização envolve empresas privadas, como companhias aéreas, e instituições privadas e públicas, como a Força Aérea Brasileira e estruturas que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).



STF suspende resolução do CFM sobre aborto



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proíbe o uso da técnica clínica assistolia fetal para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro. Ao conceder a liminar, o ministro afirmou que o CFM ultrapassou sua competência.

Mantida prisão de delegado acusado de matar Marielle



O Supremo manteve a prisão preventiva do delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa, um dos acusados pelo homicídio da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Na decisão, o ministro enfatizou a periculosidade social e a gravidade das condutas atribuídas ao investigado.

STF suspende lei que proíbe uso de linguagem neutra

Foi em Águas Lindas de Goiás. O ministro Alexandre de Moraes considerou a proibição do uso da linguagem neutra nas escolas públicas ou privadas, em editais de concursos públicos, bem como em ações culturais, esportivas, sociais ou publicitárias que receberem verba pública, ilegal. Na decisão explicou que a Constituição Federal atribuiu à União competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.



Campanha do TSE incentiva participação feminina nas eleições



A Justiça Eleitoral estreou sua nova campanha de incentivo, valorização e respeito às mulheres no meio político. Com o slogan “Mulher na política é outra história”, a ação será veiculada nas emissoras de rádio e televisão até 9 de junho. A campanha também estará disponível no canal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no YouTube e nas redes sociais. No vídeo, mulheres de diferentes idades manifestam opiniões sobre direito ao voto, representatividade e violência política de gênero.

STF retoma julgamento sobre assédio judicial contra jornalistas



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade que questionam o uso abusivo de ações judiciais contra profissionais e veículos de comunicação, visando impedir ou dificultar sua atuação. O presidente do Tribunal, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que o ajuizamento de inúmeras ações simultâneas sobre os mesmos fatos em locais diferentes, para constranger jornalistas ou órgãos de imprensa, dificultar sua defesa ou encarecê-la constitui assédio judicial e compromete a liberdade de expressão.

Pessoas não devem ser usadas por máquinas e algoritmos

Os participantes do painel “Como as democracias morrem”, o primeiro do “Seminário Internacional – Inteligência Artificial, Democracia e Eleições”, deram um panorama e ressaltaram as estratégias utilizadas por indivíduos e grupos organizados para corroer a democracia, com a propagação de desinformação e fake news contra as instituições eleitorais dos países. Como mediadora do painel, a vice-presidente do Tribunal, ministra Cármen Lúcia, afirmou que o tema do seminário merece constante e total atenção. “Devemos ser seres livres usando máquinas, e não nos deixando usar por máquinas, atrás das quais, com os seus algoritmos, há alguém que ganha”, disse a ministra.



A história esquecida do marquês que idealizou o Senado

Estamos falando de José Joaquim Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas, o conselheiro do imperador D. Pedro I que escreveu a Constituição de 1824, a primeira e mais duradoura da história do Brasil

■ Por Ricardo Westin

Quando se fala da história do constitucionalismo brasileiro, o primeiro nome que costuma vir à mente é o de Ruy Barbosa (1849-1923). Jurista e senador, ele foi o arquiteto de Constituição de 1891, a segunda do Brasil e a primeira da República. A mesma figura surge quando se trata da história do Senado. Ruy passou 32 anos na câmara alta do Parlamento, onde foi defensor ferrenho das leis e da democracia. Por essa razão, ele ganhou o título póstumo de patrono do Senado.

Apesar de Ruy Barbosa de fato ser uma referência incontornável do Senado e do constitucionalismo nacional, nessa dupla história existe outra personalidade que também precisa ser lembrada: José Joaquim Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas (1768-1836).

Conselheiro do imperador D. Pedro I, Caravelas escreveu a Constituição de 1824, a primeira e mais duradoura da história do Brasil. A Carta do Império, que teve 65 anos de vigência, criou o Poder Legislativo no país e o dividiu em Câmara e Senado — estrutura básica que, passados 200 anos, mantém-se até hoje.

Na avaliação do cientista político Christian Lynch, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), os livros de história do Brasil e história do direito falham ao ignorar o trabalho do Marquês de Caravelas:

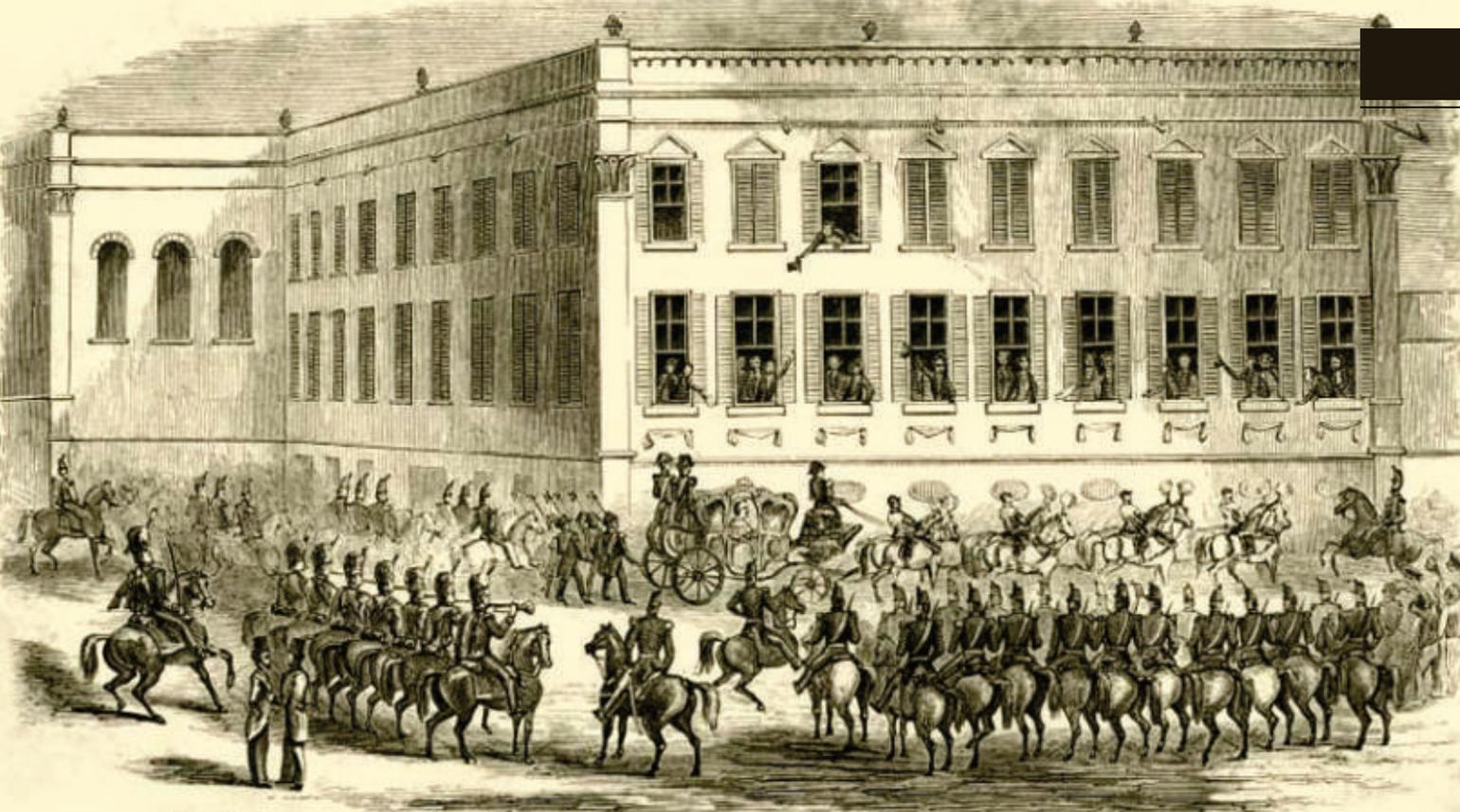
“Ainda não levamos as ideias políticas e constitucionais do Brasil a sério. É como se só as ideias norte-americanas, francesas, portuguesas, espanholas e até argentinas fossem dignas, e estivéssemos condenados a ser periféricos e atrasados em tudo e sempre. Quando resgatamos o Marquês de Caravelas do limbo, enxerga-



José Joaquim Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas

“

Ainda não levamos as ideias políticas e constitucionais do Brasil a sério. É como se só as ideias norte-americanas, francesas, portuguesas, espanholas e até argentinas fossem dignas, e estivéssemos condenados a ser periféricos e atrasados em tudo e sempre”



O Senado, no Rio de Janeiro, na época de D. Pedro II: instituição criada pela Constituição de 1824

mos que o Brasil, na realidade, estava sintonizado com o que ocorria no mundo naquela passagem do Antigo Regime para o liberalismo político e até foi referência para outros países”.

Lynch é autor do livro “Monarquia sem Despotismo e Liberdade sem Anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas” (Editora UFMG).

Nascido e criado em Salvador, Caravelas se formou em Direito na Universidade de Coimbra, em Portugal, onde travou contato com o pensamento iluminista luso, que defendia a reforma das instituições monárquicas e a modernização do Estado. Por diversos anos, primeiro em Lisboa e depois no Rio de Janeiro, ele ocupou cargos burocráticos em ministérios de D. João VI.

Quando voltou para Portugal, o rei levou consigo a nata do funcionalismo, e quem antes estava no segundo escalão do governo de D. João VI — como Caravelas — subiu para o primeiro escalão do governo de D. Pedro I.

No momento da Independência, Caravelas abraçou uma versão moderada do liberalismo político, que prega a substituição do absolutismo pela divisão dos

poderes — a base das atuais democracias.

Graças à sua proximidade com o primeiro-ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, o Marquês de Caravelas se elegeu deputado pela província do Rio de Janeiro na Assembleia Constituinte aberta em maio de 1823.

Nos trabalhos constituintes, ele dividiu os holofotes com os três irmãos Andradas (Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco), defendendo juntos que a Constituição que estava sendo elaborada pusesse D. Pedro acima do Parlamento.

Em julho, o imperador e os Andradas se desentenderam, e os irmãos bandearam para a oposição. Para substituir Bonifácio, o imperador nomeou primeiro-ministro o Marquês de Caravelas, acreditando que isso facilitaria a aprovação da Constituição do Império.

Não foi, porém, o que aconteceu, porque o deputado encarregado de redigir o projeto era justamente um dos irmãos Andradas, Antônio Carlos, antes ministro da Fazenda e agora crítico do governo.

O texto que o deputado submeteu à Constituinte em setembro de 1823 não previu o Poder Moderador, que permitiria ao monarca, por exemplo, dissolver a Câma-

“
Quando resgatamos o Marquês de Caravelas do limbo, enxergamos que o Brasil, na realidade, estava sintonizado com o que ocorria no mundo naquela passagem do Antigo Regime para o liberalismo político e até foi referência para outros países”

ra dos Deputados (prerrogativa que todos os reis constitucionais da Europa tinham na época). Isso não agradou ao imperador.

Num artigo acadêmico ainda inédito, Christian Lynch aventa a possibilidade de Antônio Carlos ter apresentado de propósito um projeto de Constituição diferente daquele esperado por D. Pedro. O cientista político diz:

“Logo no início da Constituinte, Antônio Carlos fez discursos defendendo o Poder Moderador. É provável, portanto, que ele tenha decidido retirar pontos cruciais do projeto com o objetivo de fazer barganha política com o imperador e conseguir a volta dele e dos irmãos para o governo. O problema é que, diante das dificuldades criadas pelos Andradas na Constituinte, D. Pedro I não quis negociar.”

Em novembro de 1823, os soldados do imperador fecharam a Assembleia. O episódio ficou conhecido como Noite da Agonia. Os irmãos Andradas foram presos e mandados para o exílio no exterior. O monarca, então, criou um Conselho de Estado com dez homens de sua confiança — entre os quais o Marquês de Caravelas — para adaptar o projeto de Antônio Carlos. Na prática, quem fez todo o trabalho foi o conselheiro Caravelas. Na primeira Constituição da República, Ruy Barbosa partiu também de um projeto inicial e lhe deu a versão submetida à Constituinte.

Aprovada pelas Câmaras Municipais do Império, a Constituição foi posta em vigor por D. Pedro em março de 1824. Foi após o seu trabalho na redação da Carta que o conselheiro ganhou o título de Marquês de Caravelas.

No entender de Christian Lynch, a versão de Caravelas melhorou a de Antônio Carlos: “A Constituição ficou mais enxuta e objetiva, com quase 100 artigos a menos que o projeto. A intervenção de Caravelas ainda preencheu lacunas importantes ao estabelecer a organização do Poder Judiciário e apresentar uma declaração de direitos mais abrangente, incluindo a inviolabilidade de domicílio, a irretroatividade da lei, a abolição dos privilégios pessoais, o direito de petição, a garantia dos socorros públicos e a gratuidade da educação primária.”

Além de instituir o Poder Moderador, a Constituição de 1824 criou uma Câmara com mandato de quatro anos e um Senado com mandato vitalício. Enquanto o deputado era escolhido pelos eleitores, o senador era selecionado pelo imperador dentre os três candidatos mais votados em

votação dos deputados. O marquês de Caravelas levantou-se para censurar o parecer, e começou declarando que fôra elle quem redigira a constituição do imperio, na qualidade de secretario do conselho de estado, e devia portanto explicar o espirito da disposição consignada no art. 61, que

homogeneo, como veiu a ser a nossa actual Constituição, que ao cabo de esperanças mallogradas, teve o imperador que outorgar; havendo quem assevere haver sido exclusivamente escripta e meditada por José Joaquim Carneiro de Campos, ao depois marquês de Caravelas. E na verdade é bastante harmonicamente concebida, para poder tel-o sido por muitos. Nem diremos com isto que não pode ser ainda muito reformada e melhorada pelos conselhos da experiencia e da meditação.

O papel de Caravelas na elaboração da Constituição imperial aparece nos livros “Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil”, de 1871, e “História Geral do Brasil”, de 1854

cada província.

O projeto do deputado Antônio Carlos já previa a lista tríplice e a vitaliciedade, e Caravelas manteve essa estrutura.

Embora o Poder Moderador e o Senado vitalício soem hoje pouco democráticos, na época não conflitavam com o liberalismo político e eram entendidos pelo grupo de D. Pedro I como cruciais para a sobrevivência do Brasil recém-independente. Christian Lynch afirma:

“As ex-colônias da Espanha na América, após se declararem independentes, mergulharam em disputas de poder e guerras civis. O Brasil corria o mesmo risco. Para que o país não se fragmentasse, entendia-se que o governo precisava ser centralizado e o imperador, forte sem ser arbitrário. Daí a necessidade do Poder Moderador, que colocava o monarca acima do Poder Legislativo.”

Lynch explica que a vitaliciedade dos senadores dava estabilidade ao Estado recém-criado. Como os deputados eram constantemente renovados, levavam com frequência ideias novas e até revolucionárias para o Parlamento. Os senadores vitalícios, sendo naturalmente mais ponderados e conservadores, impediriam eventuais rupturas que ameaçassem a sobrevivência do Império.

O Senado com mandato para a vida toda pode ser considerado um meio-termo entre o modelo americano e o britânico. Nos Estados Unidos, uma república, o mandato senatorial já era temporário. Na Grã-Bretanha, a câmara alta do Parlamento era hereditária, isto é, sem eleição, e o assento parlamentar era passado de pai

“

A Constituição ficou mais enxuta e objetiva, com quase 100 artigos a menos que o projeto. A intervenção de Caravelas ainda preencheu lacunas importantes ao estabelecer a organização do Poder Judiciário e apresentar uma declaração de direitos mais abrangente”

para filho.

De qualquer forma, o Poder Moderador e o Senado vitalício não eram unanimidade. A Confederação do Equador, malgrado movimento liberal radical e separatista que eclodiu em Pernambuco em 1824, opôs-se a esses dois pontos da Constituição recém-criada.

Em Portugal, diferentemente do Brasil, a primeira Constituição, de 1822, não deu ao rei o Poder Moderador e estabeleceu um Parlamento composto de uma única câmara.

Para redigir a Constituição de 1824, o Marquês de Caravelas se valeu de seus conhecimentos jurídicos e históricos e tornou o Brasil pioneiro em certos aspectos. Embora cogitado no início da Revolução Francesa, o Senado escolhido pelo rei em lista tríplice não chegou a ser aprovado pelos revolucionários. O Poder Moderador também existia apenas no mundo das ideias, arquitetado pelo pensador político suíço Benjamin Constant.

A Constituição brasileira serviria de modelo para outros países. Em 1826, logo após a morte de D. João VI, D. Pedro I assumiu o trono português por sete dias, até entregá-lo a sua filha, D. Maria II. Nesse

curto período, outorgou em Portugal uma Constituição praticamente idêntica à brasileira. A Carta vigorou até 1910.

A Constituição espanhola de 1837 previu um Senado semelhante ao brasileiro, com parlamentares escolhidos pelo rei a partir de listas tríplices. A diferença é que os senadores da Espanha tinham mandato temporário, e não vitalício.

Caravelas não foi apenas idealizador do Senado. Foi também construtor. Votado pelos eleitores e escolhido por D. Pedro I,

“

A Constituição não falou das eleições [para presidente do Senado]. Isso não é objeto constitucional, mas, sim, do regimento interno. O que podemos dizer é que não temos regimento. Agora é que devemos tratar dele”

ele se tornou senador vitalício pela província da Bahia na primeira legislatura, iniciada em 1826. Numa das primeiras sessões plenárias, quando se discutia a forma de eleger o presidente do Senado, Caravelas discursou:

“A Constituição não falou das eleições [para presidente do Senado]. Isso não é objeto constitucional, mas, sim, do regimento interno. O que podemos dizer é que não temos regimento. Agora é que devemos tratar dele.” Ele liderou a elaboração do primeiro regimento do Senado, com as regras necessárias ao funcionamento da Casa — como a criação das comissões temáticas e a forma de discutir e votar os projetos de lei.

O Marquês de Caravelas chegou ao topo da carreira política em 1831, depois da abdicação de D. Pedro I, quando os senadores e deputados o elegeram para fazer parte da Regência Trina Provisória, que governou o Brasil em nome do pequeno D. Pedro II por dois meses, até a escolha do triunvirato permanente.

Ele atuou no Senado até 1836, quando morreu, aos 68 anos de idade.

Nos dez anos de mandato, defendeu com unhas e dentes a Constituição que escreveu. Ele se opôs às tentativas de reformar a



O Marquês de Caravelas reescreveu o projeto de Constituição elaborado pelo deputado Antônio Carlos, e o texto final foi outorgado por D. Pedro I em 1824

Carta para acabar com o Poder Moderador e tornar os mandatos do Senado temporários, embora aceitasse uma certa descentralização política em favor das províncias.

Num discurso em 1832, argumentou:

“Se o Senado fosse eleito simplesmente como é a Câmara dos Deputados e temporário como ela, haveria alguma diferença entre uma câmara e outra? Nenhuma. Não teríamos, verdadeiramente, mais que uma câmara, isto é, o absolutismo popular, porque nada haveria que embaçasse os efeitos de uma facção que nessa câmara única se introduzisse, nada havia que fizesse face à demagogia. A autoridade do monarca desaparecia. O governo representativo é o governo do balanço, cada um dos Poderes tem em si uma força de contrapesar os excessos do outro, e dessa maneira se conserva o equilíbrio de todas as peças da máquina social.” Para Caravelas, a Constituição de 1824 deveria ser preservada porque tinha a qualidade de garantir ao mesmo tempo “liberdade sem anarquia” e “monarquia sem despotismo”. Christian Lynch levanta algumas hipóteses que explicariam por que o Marquês de Caravelas ainda não é reconhecido como arquiteto da Constituição imperial e do Senado. Uma delas tem origem na sua personalidade discreta e pouco vaidosa.

Ele não participou do debate político travado na imprensa carioca na época da Independência, ao contrário dos irmãos Andradas. E, apesar da erudição jurídica, nunca publicou nenhum livro sobre doutrina constitucional. Outra hipótese está nas versões da história que o Império e a Primeira República decidiram oficializar. Enquanto os historiadores conservadores do Segundo Reinado procuraram glorificar a figura de D. Pedro I, apresentando-o como único autor da Constituição, os historiadores republicanos tentaram mostrar o Império como ilegítimo, por ter como base uma Constituição outorgada supostamente de forma despótica, sem a aprovação da Assembleia. Ambas as versões da história puseram o Marquês de Caravelas em segundo plano. Apesar de conflitantes, elas têm muita influência até hoje.

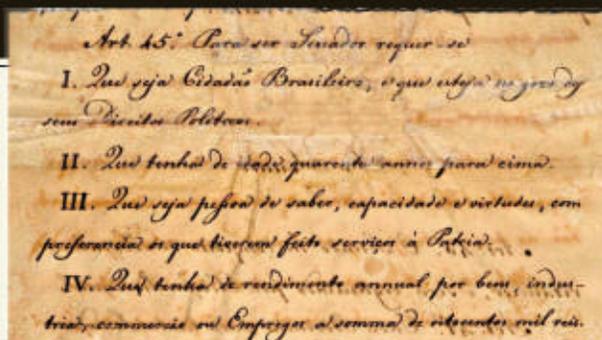
Lynch entende que essas visões maniqueístas da história do Brasil precisam ser superadas:

“Quando conhecemos o pensamento e a ação política do Marquês de Caravelas, enxergamos os desafios que apareceram diante daquelas figuras que estavam construindo o Brasil soberano e nos livramos de interpretações simplistas e errôneas, como a de que D. Pedro I foi um imperador tirânico cercado de absolutistas do chamado partido português e a de que o Primeiro Reinado não passou de um mero período de transição e preparação para o Segundo Reinado.”

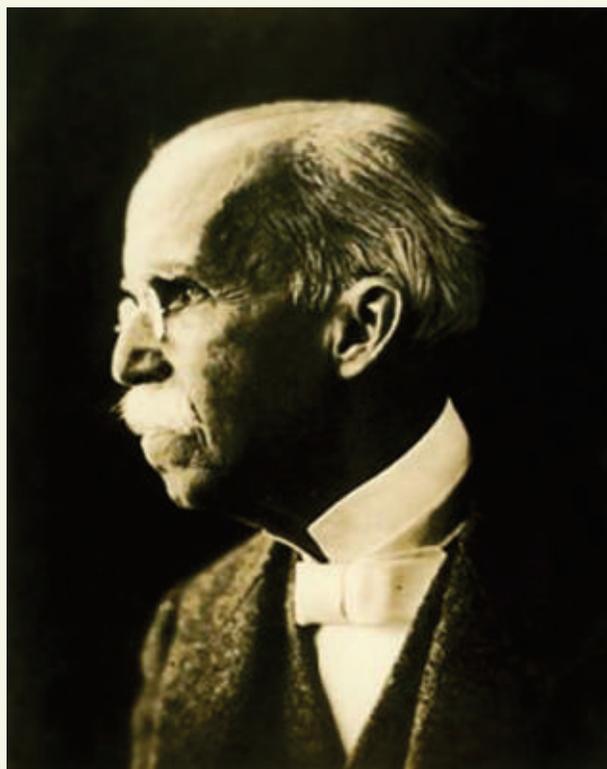
Ele diz que, se Ruy Barbosa é reconhecido como pai da primeira Constituição republicana, não há por que não reconhecer o Marquês de Caravelas e também o deputado Antônio Carlos como pais da Constituição imperial e, portanto, do Senado. O cientista político conclui:

“Assim como os Estados Unidos reconhecem os seus 'pais fundadores' da época da Independência, como George Washington e Thomas Jefferson, o Brasil também precisa reconhecer os seus.”

Fonte: Agência Senado



Trecho do original da Constituição de 1824 diz que senador precisa ser brasileiro, ter pelo menos 40 anos, ser “pessoa de saber, capacidade e virtudes” e contar com renda anual mínima de 800 mil-réis



Ruy Barbosa, pai da Constituição de 1891 e patrono do Senado

Em consequencia da Abdicação de S. M. D. Pedro I. em seo Augusto Filho o Senhor D. Pedro II., havendo humna urgencia de se nomear humna regencia para o governo do Estado; os Augustos Srs. Representantes da Nação, Senadores, e Deputados reunidos no numero que foi possível em Assembléa Geral na Camara dos Senadores, convierão em nomear humna Regencia Provisoria para governar até a nomeação da Regencia definitiva, que so pode ser nomeada pela Assembléa Geral em numero legal.

Os Membros da dita Regencia são os Srs.	
Marquez de Caravellas, que obteve	40 votos.
Francisco de Lima	35
Vergueiro	30

Jornal O Astro de Minas noticia em abril de 1831 que o Marquês de Caravelas foi o mais votado para integrar a Regência Trina Provisória

Cuidado para não ser vítima de corrupção eleitoral

Prática é caracterizada por compra de votos e pode resultar em diferentes penalidades

■ Da Agência TSE

As Eleições Municipais 2024 estão se aproximando e, muito em breve, serão conhecidos as candidatas e os candidatos que vão compor o pleito. Por isso, as eleitoras e os eleitores devem ficar atentos às práticas permitidas ou não durante esse período, para não serem vítimas de corrupção eleitoral. Por exemplo, você já ouviu falar de captação ilícita de sufrágio? Sabe o que caracteriza esse tipo de ilícito?

Compra de voto

A captação ilícita de sufrágio (ou compra de votos) ocorre quando a candidata ou o candidato doa, oferece, promete ou entrega para a eleitora ou o eleitor qualquer bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza – inclusive emprego ou função pública – com a finalidade de obter-lhe o voto.

Nos casos em que ficar demonstrada a capacidade de a compra de votos comprometer a legitimidade e a normalidade das eleições, a prática poderá configurar corrupção. As sanções previstas são: multas de até R\$ 53.205,00, cassação do registro de candidatura ou cassação do diploma. Conforme a Lei de Inelegibilidade (LC nº 64/1990), os que forem condenados por captação ilícita de sufrágio e outras ilicitudes previstas na legislação (artigo 1º, inciso I, alínea “j”) também podem ser considerados inelegíveis e ficar oito anos fora de qualquer disputa eleitoral. O Código Eleitoral prevê ainda pena de reclusão de até quatro anos para quem praticar essa conduta.

Outros ilícitos

Existem ainda condutas vedadas às candidatas e aos candidatos durante o período eleitoral. A norma do TSE que dispõe sobre os ilícitos eleitorais (Resolução nº 23.735/2024) descreve, por exemplo, todas as atividades proibidas aos agentes públicos e que podem afetar a igualdade de oportunidades no pleito.

Entre elas, estão a cessão ou o uso de bens móveis ou

imóveis pertencentes à administração pública e em benefício de candidatura, partido político, federação ou coligação, exceto para a realização de convenção partidária.

Outro cenário apresentado pelas normas eleitorais que pode ser identificado como abuso de poder econômico é o uso de estrutura empresarial para constranger ou coagir pessoas empregadas, aproveitando-se da dependência econômica delas, com o propósito de obter vantagem eleitoral.

A prática é popularmente conhecida como assédio eleitoral, identificada principalmente em ambientes de trabalho, mas que também pode ocorrer em outros contextos. O artigo 300 do Código Eleitoral considera crime eleitoral o ato de

servidor público valer-se de autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido. A pena é de até seis meses de detenção, mais multa.

Canal de denúncia

Qualquer pessoa pode denunciar, tanto para a Justiça Eleitoral quanto para o Ministério Público Eleitoral, de forma anônima ou não, essa ou outra conduta que

suspeitar ser irregular. Uma das vias possíveis é o aplicativo Pardal, desenvolvido pela Justiça Eleitoral para uso gratuito em smartphones e tablets nas lojas virtuais Apple Store e Google Play.

O app está apto a receber as seguintes denúncias: compra de votos; uso da máquina pública; crimes eleitorais; e propagandas irregulares. Já a apuração de todas as denúncias compete ao Ministério Público Eleitoral. Confira aqui como denunciar.

A eleitora ou o eleitor pode também entrar em contato diretamente com o Ministério Público, por meio da Procuradoria-Geral Eleitoral, para informar quaisquer irregularidades ou fatos ilícitos relacionados às eleições.



Senador propõe que MT receba famílias gaúchas em novo ciclo de desenvolvimento

Jayme Campos ressaltou que o povo gaúcho foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso entre os anos 1980 e final de 1990

Da Assessoria

Mato Grosso poderá abrigar famílias gaúchas desabrigadas pelas maiores cheias da história que se abateram sobre o Rio Grande do Sul. O senador Jayme Campos (União-MT) anunciou nesta segunda-feira, 20, que vai propor no Congresso e ao Governo Federal um ciclo de debate para estruturação de uma política que permita levar ao estado todos aqueles grupos que perderam seus bens na tragédia “e que estejam dispostas à reconstrução de suas vidas”.

Ao participar de um podcast promovido pela Associação Comercial e Empresarial de Água Boa, com as empresárias Mirian Bernieri, e Eliane Cassiano, o senador mencionou a iniciativa. Segundo ele, essas famílias desabrigadas poderão ter a oportunidade de reestruturação de suas vidas a partir de um projeto público e que pode representar um novo ciclo de desenvolvimento do estado.

Para dimensionar o tamanho da tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul, autoridades gaúchas falam da possibilidade de se criarem “cidades temporárias” para abrigar desalojados pela maior tragédia climática do estado. De acordo com o balanço da Defesa Civil, 77.202 pessoas estão em abrigos; 540.188 estão desalojadas; e 2,3 milhões foram afetadas pelas enchentes, no total. Movimentos de moradia, no entanto, criticam a proposta e pedem diálogo.

Jayme Campos ressaltou que o povo gaúcho foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso nas décadas entre os anos 1980 e final de 1990. Esse processo se deu a partir de grandes pro-



Senador Jayme Campos: povo gaúcho foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso

jetos de assentamentos, organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e citou como exemplos Terra Nova do Norte e Lucas do Rio Verde, hoje grandes polos de desenvolvimento do estado e do agronegócio.

“Muitas famílias do sul do Brasil vieram dentro de uma proposta organi-

Muitas famílias do sul do Brasil vieram dentro de uma proposta organizada e ajudaram, com sua excepcional força de trabalho e organização, a construir esse estado magnífico que hoje é Mato Grosso. Podemos fazer novamente isso”

zada e ajudaram, com sua excepcional força de trabalho e organização, a construir esse estado magnífico que hoje é Mato Grosso. Podemos fazer novamente isso”, destacou.

Jayme citou também o resultado de outros projetos de colonização bem-sucedidos, executados no estado, e que deram origem a cidades como Sinop, Sorriso e Canarana.

Campos ressaltou que, quando Mato Grosso foi dividido, em 1977, estudos mostravam que a população chegaria à virada do século a 9 milhões de habitantes. Todavia, essa previsão não se concretizou. Atualmente, o estado tem pouco mais de 3 milhões de habitantes e conta ainda com grandes áreas públicas que podem ser convertidas, em parte, para criação de novos projetos de assentamentos.

O senador citou como exemplo a possibilidade de converter parte das reservas indígenas em projetos de assentamentos. Ele citou como exemplo o



Será um deslocamento de famílias com vocação e prontas para se reconstruírem e ajudarem nosso estado, que tem uma história de êxito nesse tipo de proposta. Sem contar que essa é a forma mais efetiva de ajudar o povo gaúcho, com uma nova perspectiva de crescimento”

espaço superior a 1,2 milhão de hectares utilizados pelos índios da etnia Parecis, que avançam na implantação de lavouras mecanizadas. Outro exemplo é o Vale do Araguaia, que tem capacidade de produzir tudo que Mato Grosso produz atualmente sem avançar sobre a proteção florestal.

“Isso tudo tem que ser estudado, bem pensado, em forma de política pública de desenvolvimento, que envolva municípios, o Estado e também a União”, ele frisou. “Será um deslocamento de famílias com vocação e prontas para se reconstruírem e ajudarem nosso estado, que tem uma história de êxito nesse tipo de proposta. Sem contar que essa é a forma mais efetiva de ajudar o povo gaúcho, com uma nova perspectiva de crescimento”.

Empregos de sobra

Além de aumentar a população, Jayme Campos vê nesse processo a possibilidade de transferência de famílias para Mato Grosso não apenas para atuação no campo. Com ênfase no desenvolvimento do agronegócio, ele considera que esse deslocamento proporcionará também a chegada de mão de obra para atuação em outros segmentos.



Migrantes gaúchos em acampamentos rurais, do que viria a se formar cidades nas décadas seguintes em MT



A partir do início da década de 80, milhares de famílias do Rio Grande do Sul se aventuraram em Mato Grosso

“Hoje temos dificuldade com mão de obra no nosso estado”, disse. Exemplo é a empresa Rumo Logística, que está avançando com obras de implantação da Ferronorte de Rondonópolis para Lucas do Rio Verde, no norte do estado, e ainda com extensão de um ramal ferroviário até Cuiabá. A empresa calcula empregar cinco mil pessoas, mas enfrenta dificuldades para contratar pessoas. Até agora, apenas 2.250 vagas foram preenchidas.

Rodovias federais

O ciclo de desenvolvimento a ser proporcionado com a possível transferência organizada de famílias do Rio Grande do Sul para Mato Grosso também passa,

segundo ele, pelo avanço do projeto de infraestrutura do estado. Além da Ferronorte, Campos destacou o trabalho que vem sendo realizado com as autoridades federais pela conclusão das obras de asfaltamento da BR-158 e da 242.

Campos se disse preocupado com a chegada da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste ao município de Água Boa, fato que exigirá urgentes medidas para ampliação da BR-158, que, segundo ele, será fortemente impactada. Ele lembrou que essa rodovia federal já deveria ter sido concluída não fossem os embaraços ambientais causados por 'pseudos' defensores dos povos originários.



A humanidade deve abandonar a ideia de moldar a natureza segundo suas necessidades

Por Ricardo Abramovay

A presidência indiana do G20 recebeu 320 papers em 2023, dos quais 27 foram escolhidos para compor um livro com uma síntese de artigos sobre os mais importantes problemas contemporâneos (*Diversity in Agriculture and Consumption: The Basis for Healthy and Sustainable Eating*). Entre os artigos selecionados, está o trabalho elaborado pela Cátedra Josué de Castro, da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, e o do Instituto Comida do Amanhã.

O professor Ricardo Abramovay, titular da Cátedra Josué de Castro, explica o trabalho desenvolvido e os problemas enfrentados atualmente na produção agroalimentar. Além dele, os outros membros da Cátedra que participaram do projeto são Ana Paula Bortolotto Martins, Nadine Marques Nunes-Galbes, Estela Catunda Sanseverino, Luisa Gazola Lage e Juliana Tangari.

O especialista conta que a Índia, como presidente do G20, deu muita ênfase a questões relativas à revolução digital, as quais não foram bem recebidas. No entanto, a cúpula está debatendo temas referentes a modalidades de crescimento econômico e transição energética. O Brasil, segundo ele, está exercendo um papel fundamental na tentativa de equacionar a transição para o

desenvolvimento sustentável e na luta contra as desigualdades, a partir da proposta de taxação de grandes fortunas.

Segundo o professor, a obra possui como um de seus objetivos reorientar as indústrias agroalimentares e os padrões de consumo da população global. Ele explica que é necessário reconhecer a complexidade dos processos evolutivos naturais e, portanto, renunciar à ideia de que a humanidade tem que moldar a natureza segundo as suas necessidades, como ocorreu durante grande parte do século 20.

De acordo com o especialista, esse movimento foi impulsionado pela Revolução Verde, quando a indústria da agricultura passou a utilizar sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos e pesticidas, além de promover maior investimento no maquinário agrícola. Essa simplificação dos processos rurais é o contrário da complexidade da natureza e acarreta monotonia das paisagens agropecuárias, bem como o empobrecimento do solo e da biodiversidade.

Alimentação

Conforme Abramovay, a humanidade já conheceu 25 mil produtos comestíveis na natureza, dos quais 7 mil já foram cultivados ou coletados, mas, desse número, apenas 400

são cultiváveis. Além disso, ele explica que 75% da alimentação no mundo é composta de apenas seis alimentos básicos: batata, arroz, trigo, milho, soja e cana-de-açúcar.

No âmbito da produção animal, o docente destaca que a monotonia genética também afeta os animais, que se tornam alvos mais fáceis para vírus e bactérias e, por isso, cerca de 70% dos antibióticos produzidos são destinados aos animais. Ele destaca que essa prática gera um problema grave para as organizações de saúde, pois esses remédios são vazados para o meio ambiente e provocam uma maior resistência aos antimicrobianos.

“Todos esses sistemas estão interligados, quando destruímos a água ou a terra, isso vai influenciar no tipo de alimentação, que vai gerar problemas de saúde ou uma questão epidemiológica. Ou seja, as pessoas têm que entender de uma vez por todas os caminhos da ciência apontando que há bastante tempo que essas questões estão interligadas”, conta.

“Algumas pesquisas publicadas mostram uma exaustão das reservas de água, inclusive dos aquíferos, como é o caso no Cerrado brasileiro e essa monotonia das paisagens agrícolas é correlativa à monotonia na alimentação. Essa monotonia na alimentação mostra que as pessoas se alimentam a partir de uma variedade menor de produtos”

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?